

OS JESUÍTAS NA MODERNA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

LUCIANO DOS SANTOS TEIXEIRA*

RESUMO

Propõe-se analisar o modo pelo qual os "clássicos" da Historiografia Brasileira dos anos 1930 (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda), encararam o papel dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira. Particularmente, Gilberto Freyre teve uma atuação muito próxima do grupo que constituiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ambos promoveram intensas discussões sobre os diversos aspectos de nossa formação histórica, dialogando criticamente com uma tradição que via na ação jesuítica um elemento definidor da fundação da nação brasileira. Recuperar as distintas visões desses autores nos auxiliará a identificar os pressupostos de uma visão histórica que contribuiu fortemente para a formulação das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

ABSTRACT

This work intends to research the ways some "classic" authors in brazilian historiography of the 1930's (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda) have understood the role of the jesuits on the making of brazilian nationality. In particular, Gilberto Freyre, who had a very close performance to the cast of the National Artistic and Historical Heritage Service of Brazil. Both have promoted intense discussions about several aspects of brazilian historical nation-making, dialogizing critically with a tradition which considered the jesuitic a defining element towards the foundation of brazilian nation. To recuperate these authors' distinct visions may help us to identify the pretext under the historical vision which most has contributed to the definition of the cultural heritage's preservation politics in Brazil.

Palavras-chave

Jesuítas – Historiografia – nacionalidade; jesuits – historiography - nation

* Pesquisador do IPHAN. Mestre em História Social da Cultura / PUC-Rio.

Desde o célebre programa de estudo da História do Brasil, formulado pioneiramente por Von Martius em 1847 (Guimarães: 1988), e no qual a História do Brasil era vista como a biografia do estado-nação, os jesuítas têm sido encarados como co-partícipes da fundação desse estado-nação. Seja pelo viés da educação – nos colégios e missões jesuíticas –, seja pela constituição das fronteiras nacionais, em constante conflito com índios, colonos e bandeirantes, a Companhia de Jesus permaneceu como elemento chave do processo de formação colonial no Brasil. Tal preeminência, porém, não se traduziu em uma produção historiográfica à sua altura. Nesse contexto, recuperar a presença jesuítica no Brasil, a partir da leitura de algumas obras consideradas fundadoras (ou *re-fundadoras*) da História brasileira, implica em revelar seus mecanismos ocultos de perpetuação de uma auto-imagem da identidade nacional tranqüilizadora e contínua.

Renovação Historiográfica

Nesse trabalho de reconstrução crítica, focalizaremos aquela que tem sido considerada uma época de redefinições do pensar histórico no Brasil e do próprio *pensar o Brasil*: a década de 1930. Época de redefinições político-culturais mais amplas, do assim chamado *segundo tempo modernista*¹, dos *modernistas na repartição* (Cavalcanti: 1994), transformando e traduzindo seu esforço renovador em políticas públicas muitas vezes inovadoras. Época em que se constituíram novos saberes e novas práticas culturais: criação das Universidades de São Paulo e do Brasil (no Rio de Janeiro), estruturação do MEC e do SPHAN, já em pleno período estadonovista, etc.

Época que viu despontarem também novas interpretações sobre a história do Brasil, com a adoção de novos arsenais teórico-metodológicos, renovando as concepções historiográficas vigentes. Dessas interpretações, selecionamos duas tidas como referenciais e hoje consagradas como marcos de um novo olhar sobre nossa história: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e de 1936².

O Jesuíta e a Formação Patriarcal do Brasil em Gilberto Freyre

¹ Cf. MORAES, 1984. Também, o artigo “Modernismo revisitado”, in: *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 2, 1988, p. 220-238.

² Cf. “Prefácio” à edição de 1967 de *Raízes do Brasil*, por Antônio Cândido; MOTA, 1994: pp. 17-51 e REIS, 2006.

“A casa-grande venceu no Brasil a igreja...” (Gilberto Freyre: 2005). Esta afirmação sintetiza muito da visão freyreana sobre o papel do jesuíta na colonização do Brasil. Digo *muito*, porque é difícil e mesmo ilusório querer reduzir toda a complexidade e volubilidade das suas interpretações sociológicas a um único ponto de vista. Ainda assim, cremos ser possível delinear, *grosso modo*, a maneira pela qual Gilberto Freyre concebia a ação jesuítica na América portuguesa.

Voltemos àquela frase. A casa-grande se tornou um centro econômico, social, político e *religioso*. O catolicismo foi incorporado à vida na colônia por intermédio da casa-grande. Essa, por sua vez, tornou-se o centro de todos os aspectos da vida colonial.

Em contraposição, o projeto jesuítico representava a tentativa de se impor à colônia uma nova forma de vida, isolando o indígena de seu meio social de origem e transportando-o para aldeias, colégios e missões, dentro dos quais seria possível moldá-lo, catequizando-o e elevando-o da barbárie para a civilização. Diferentemente do colono português, que ao interagir com o novo meio – físico, social e étnico -, colaborou na formação de uma sociedade *híbrida*, através de um “sistema de plástica contemporização” (p. 35) entre tendências contrárias. Adaptando-se e adaptando os elementos autóctones, o colono português lançou os fundamentos de uma nova civilização, fundada no “sistema patriarcal”, que torna a família o centro da vida social e produtiva da colônia³.

Os jesuítas, de atividade “às vezes, hostil ao familismo” (p. 81), apresentam-se, assim, como uma força concorrente ao patriarcalismo dominante. A família de tipo patriarcal configurou os rumos do processo de colonização portuguesa na América, dando-lhe seus aspectos *sui generis*, que contradiziam as ordenações “teocráticas” da Companhia de Jesus.

A vitória da casa-grande marca, talvez, a primeira grande diferenciação que irá separar a colonização portuguesa da espanhola – esta, permeada pela ação “dissolvente” e “imperialista” dos jesuítas. Vitória que, ademais, garantirá a formação da “primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência” (p. 73).

Dessa maneira, em seu processo de *redescoberta do Brasil*, Freyre fundou na *hibridização* e na *contemporização*, ambas qualidades *plásticas*, uma nova narrativa sobre o Brasil, na qual o jesuíta aparecerá como elemento vencido, mas não eliminado, antes incorporado pelo patriarcalismo vitorioso como momento determinado e datado de nossa formação. Derrotados, dentro da lógica argumentativa do “equilíbrio dos contrários” (Araújo: 1994), os jesuítas

³ “A família, não o indivíduo nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVII o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas,

asseguraram seu *lugar* próprio, como um momento necessário para a formação da sociedade brasileira. Mas qual seria exatamente esse *lugar*?

Em primeiro, esse *lugar* tem seu tempo: “Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho” (p. 38). Afirmativa que pressupõe, em dado tempo, a disputa entre senhores de engenho e padres jesuítas pelo domínio da colônia, até a derrota destes últimos. Portanto, o papel reservado ao jesuíta estava circunscrito a esse período de lutas pela consciência de colonos e indígenas. Papel restrito, mas decisivo: os jesuítas,

“Pela influência de seu sistema uniforme de educação e moral sobre o organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários (p. 90)”.

Desse caráter contraditório, ao mesmo tempo unificador e dispersivo, da ação jesuítica, resultará um *lugar híbrido*, no qual convivia a *articulação* de uma formação nacional e a *desarticulação* das sociedades indígenas tradicionais. “O missionário tem sido o grande destruidor de culturas não européias, do século XVI ao atual; sua ação mais dissolvente que a do leigo (p. 178)”, sentenciou Gilberto Freyre.

Onde o colono, estabelecido na colônia, *hibridiza-se*, mistura-se, contemporiza, compõe, o jesuíta isola, segrega, impõe, contraria. Do legado jesuítico, restou sua mais importante contribuição: a “civilização dos indígenas do Brasil”, obra “quase exclusiva” dos padres da Companhia, ainda que *artificial e superficial* (p. 219). Concentrando sua atividade missionária no *culumin* – o menino indígena -, os “soldados de Cristo” lograram “a conservação, tanto quanto possível, da raça indígena sem a preservação de sua cultura” (idem, p. 219). Desse processo resultou a criação da *língua geral*, o tupi-guarani:

O instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e o da raça conquistada. Não só de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil (idem, p. 219).

Educando a criança, através dela lançando raízes culturais para a tarefa da cristianização do Novo Mundo, o jesuíta terá também sua contribuição na construção da civilização híbrida do futuro. O igualitarismo jesuítico, expresso no tratamento idêntico dado aos índios e portugueses dentro do mesmo espaço, ainda que *artificial* – isto é, contrário ao ritmo *natural* da vida

compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar” (Freyre: 2005, p. 81).

colonial, marcada por relações de hierarquia e dominação – colaborará na constituição da sociedade luso-brasileira.

Terá sido assim a vida no colégio dos padres um processo de co-educação das duas raças – a conquistadora e a conquistada: um processo de reciprocidade cultural entre os filhos da terra e meninos do reino (idem, p. 224).

Essa assimilação da *artificialidade* jesuítica à *naturalidade* da vida na colônia, de *co-educação*, somente foi possível na medida em que o *imperialismo religioso* se deixou *amolecer* no trato com a vida colonial. Contemporizando a sua rígida moral com as permissões morais concedidas pela necessidade de se povoar o novo território, o catolicismo, na sua matriz jesuítica, tornou-se, também ele, híbrido. Apropriando-se das crenças religiosas indígenas e africanas pra melhor inculcar sua própria visão de mundo à mentalidade colonial, o jesuíta *amaciou* sua expressão catequista:

O próprio sistema jesuítico – talvez a mais eficiente força de europeização técnica e de cultura moral e intelectual, a agir sobre as populações indígenas; o próprio sistema jesuítico, no que logrou maior êxito no Brasil dos primeiros séculos foi na parte mística, devocional e festiva do culto católico (idem, p.115).

Tal assimilação se estendeu a outros aspectos da vida colonial: Gilberto Freyre, discutindo a importância e a representatividade da arquitetura jesuítica no período colonial, conquanto reconhecendo nela “a expressão mais alta e erudita da arquitetura no Brasil colonial” (p. 37), assinalou sua derrota e conseqüente incorporação à arquitetura da casa-grande. No dizer de Freyre, essa arquitetura *individualizou-se*, ou seja, adquiriu características próprias, superando os padrões eurocêntricos e cristocêntricos da Ordem jesuítica e os integrando à sua lógica própria.

Assim, o jesuíta, devidamente incorporado à lógica do sistema colonial, terá seu lugar definido segundo os padrões do patriarcalismo, seu ritmo ajustado pelo da casa-grande, sua herança assentada entre as balizas da sociedade colonial brasileira.

As Raízes Coloniais do Brasil em Sérgio Buarque de Holanda

Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra (Holanda: 1994, p. 3).

Essa passagem, muito citada, nos oferece uma perspectiva privilegiada para que possamos compreender o caminho que Sérgio Buarque de Holanda trilhou no livro *Raízes do Brasil*, de 1936. Sua percepção da realidade brasileira como constante inadaptação do povo à sua terra,

como um descompasso entre a sociedade e o meio, referendou uma tomada de posição crítica, em flagrante contraste com o otimismo de Gilberto Freyre. Buscando na história as *raízes* desse descompasso, Sérgio Buarque de Holanda identificou no *homem cordial* o tipo ideal brasileiro: avesso a todo formalismo, cultor da personalidade, incapaz de respeitar hierarquias e fundando suas relações na afetividade, o *homem cordial* favoreceria o aparecimento de uma *autoridade externa* que lhe impusesse uma *obediência cega* - “o único princípio político verdadeiramente forte” (p. 11) -, ainda hoje atuante em nossa história.

Contra essa tradição, contra essas *raízes* de fundo ibérico, Sérgio Buarque de Holanda escreveu seu livro. É interessante observar como, partindo de premissas semelhantes às de Gilberto Freyre e, muitas vezes, das mesmas leituras teóricas, o autor desenvolve um caminho interpretativo completamente distanciado. Menos preocupado com os determinantes *raciais*⁴, Holanda deslocará seu foco de atenção do *hibridismo* e da *miscibilidade* para a *psicologia coletiva* do povo brasileiro. Mudança de perspectiva que implicará uma reviravolta completa do viés freyreano: enquanto este via no *equilíbrio dos contrários* o fator decisivo para se entender nossa formação, nossa *originalidade*, em uma postura francamente favorável, o autor de *Raízes do Brasil*, ao contrário, enxergava nessas tensões não resolvidas uma característica arcaica e paralisante da vida nacional.

“O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (Idem: p. 31)”.

No capítulo chave da obra - *O Homem Cordial* -, em que o autor condensa sua perspectiva crítica a respeito do *homem brasileiro*, opõe-se o tipo de relação baseada na afetividade, própria do ambiente familiar, às relações impessoais que caracterizam o mundo contemporâneo. Retomando a distinção weberiana entre o *funcionário patrimonial* e o burocrata em sentido *puro*, demonstra como prevaleceu no Brasil o primeiro tipo, incapaz de “distinguir o domínio público do privado” (p. 105). Nesse sentido, essa verdadeira tirania do privado, assentada sobre as relações familiares, terminou por açambarcar o *público*, fazendo com que o próprio Estado visse sua necessária impessoalidade ser restringida.

Mesmo no plano religioso, essa aversão às normas *neutras*, *antiparticularistas* e *abstratas*, resultou em “uma religiosidade de superfície”, incapaz de produzir uma “moral social

⁴Tendo-se o cuidado de precisar, com Ricardo Benzaquen em *Guerra e Paz*, que o termo *raça* em Gilberto Freyre tem um sentido antes cultural do que biológico.

poderosa” (p.111). Por esse motivo, a “exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião” (p. 112) prevalecerá em nosso meio.

Uma vez mais, aquilo que em Gilberto Freyre aparecia como tendência positiva de nossa formação – nossa religiosidade também *híbrida*, nascida da *contemporização* do catolicismo com as crenças religiosas indígenas e africanas, dotando-o de um aspecto mais *visual* que confessional -, representará para Sérgio Buarque mais um exemplo da falta de coesão e da disciplina do *homem cordial* brasileiro, significando, portanto, uma capitulação frente ao “meio em que vivemos” (p. 115). Prevalecerá entre nós, não o fervor religioso, próprio do catolicismo medieval, mas a “parte mística, devocional e festiva do culto católico” (*idem*).

Nessa linha interpretativa, os jesuítas se tornaram um contraponto ao tipo de colonização empreendido pelos portugueses. Enquanto esta era “tímida e mal aparelhada” (p. 62), a ação jesuítica aparecia como “uma rara e milagrosa exceção” (*idem*), por seu caráter previdente e minucioso e modelar.

Na dinâmica da colonização, contudo, a combinação dos princípios *racionalizantes*, adotados pelos jesuítas, com a *obediência cega*, típica de uma cultura – a portuguesa – alheia às noções de disciplina e hierarquia, teria gerado uma situação ambígua e singular:

Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões (Idem: p. 11).

Não encontrando meios de resistência entre colonos e índios, os jesuítas puderam desenvolver, de maneira autoritária – qual não conseguiram fazer nas colônias espanholas, pelo fato delas oporem o caráter *racionalizante* de seu projeto colonial às pretensões jesuíticas, limitando-as ao raio de ação determinado pela Coroa espanhola -, um projeto colonial autônomo e sem barreiras. Um dos frutos mais marcantes da presença jesuítica, além das missões, seria a criação da *língua geral* – o tupi-guarani -, que dominaria o ambiente cultural nos primeiros séculos de nossa colonização.

A derrota desse projeto, entretanto, assinalaria a vitória das tendências arcaizantes de nossa história. Nesse particular, sua visão se distingue daquela apresentada por Gilberto Freyre. Enquanto em *Casa Grande e Senzala* o projeto vencido permanecia como uma tendência englobada no corpo maior da colonização luso-brasileira, em *Raízes do Brasil* a influência jesuítica em nossa história aparece de maneira quase residual, sem condições de exercer uma ação mais significativa na sociedade brasileira.

Em ambos os autores, porém, não existe uma linha de continuidade na presença jesuítica no Brasil. A *formação* brasileira se deu contra ou apesar dessa herança. Nem tampouco essa presença é vista como parte constituinte de uma suposta *ancestralidade da nação*. Mas apenas como um momento superado de nossa constituição histórica.

Uma nação anti-jesuítica?

Em contraposição à tradição historiográfica preocupada com as origens do estado-nação tivemos, na década de 1930, o aparecimento de novas interpretações sobre o passado brasileiro, inspiradas e desenvolvidas a partir de novos marcos teóricos, advindos da sociologia de Weber, do historicismo alemão e da antropologia de Franz Boas. Surgidos em uma época de intensas preocupações com a *identidade nacional*, com a reformulação do Estado nacional e a superação de nosso proverbial *atraso político e social*, as novas *interpretações do Brasil*, tendo como referência perspectivas teóricas e objetivos políticos distintos, de certa maneira, *re-fundaram o Brasil*, deslocando o foco das atenções para a constituição do *povo brasileiro*, mais do que para o Estado nacional.

As interpretações variam de acordo com o privilégio que foi dado a cada aspecto da ação jesuítica no Brasil. Pelo lado da moralidade e da concepção religiosa, de acordo com Gilberto Freyre, suas missões e igrejas perderão para a capela da Casa Grande. Se considerado o aspecto da construção material, tal como enfatizado por Sérgio Buarque de Holanda, sua presença será um contraponto ao modelo hegemônico português.

Em comum, a ação sempre será compreendida sob o signo da derrota. Derrota que terá conseqüências bem diferentes, em natureza e grau, de acordo com a perspectiva da cada autor. Mas que corresponderá, em qualquer ocasião, a um aspecto decisivo de nossa afirmação nacional.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. RJ: editora 34, 1994.

BAETA NEVES, Luís Felipe. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. RJ: Forense, 1978.

CAVALCANTI, Lauro de Oliveira. *Modernistas na repartição*. RJ: IPHAN, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. RJ: Civilização Brasileira, 50^a edição, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. SP: DIFEL, 1979.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A Constituição da Idéia de Modernidade no Modernismo Brasileiro*. 1983. Tese de doutoramento. UFRJ. RJ.

_____. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 1, n. 2, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. SP: Ática, 9ª. Edição, 1994.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. SP: Livraria Martins Editora, 1942.

REIS, José Carlos: *As Identidades do Brasil*. RJ: FGV, 2006, 8ª. edição.